

ATA DA QUINGUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e nove, na Sala nº 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Ricardo Brisolla Balestreri, titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e Presidente desta Sessão; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Elizeta Maria de Paiva Ramos, representante titular da Procuradoria-Geral da República. Ausentes justificadamente os representantes titular e suplente do Ministério da Justiça. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 55^a Reunião Ordinária; 2) Aprovação das Atas pendentes referentes ao exercício de 2008; 3) Apresentação de Palestras: 3.1) Aviação Nacional de Segurança Pública: Política de Aviação de Segurança Pública e Conselho de Aviação de Segurança Pública; 3.2) Força Nacional de Segurança Pública; 3.3) Perícia Forense: Arquitetura Institucional e Estado-da-Arte da Perícia Forense no Brasil; Proposta de Modelo de Investimentos e Modernização Tecnológica em Perícia para as Unidades da Federação (Estados e DF).

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o presidente colocou em votação o item 1 da pauta, o qual foi aprovado por unanimidade. O presidente solicitou que o item 2 fosse deliberado posteriormente, porque o representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o Conselheiro Felipe Daruich Neto, ainda estava em deslocamento para a reunião e não havia manifestado sua concordância quanto à aprovação de todas as atas referentes ao exercício de 2008. Com a aquiescência dos Conselheiros, o presidente passou para o item 3, fazendo um pequeno preâmbulo a respeito de cada uma das três apresentações anunciadas. 1) Sobre a aviação nacional em segurança pública, explicou que o Ministério da Justiça, em 2008, criou a política de aviação em segurança pública norteada em uma visão sistêmica do País, ou seja, a grande extensão territorial e as condições geográficas do Brasil fazem com que boa parte do território brasileiro seja acessível somente por transporte aéreo ou aquático. No entanto, o País vem tentando fazer uma política de segurança pública sustentada basicamente no uso de viaturas e estas por sua vez ficam concentradas nos grandes centros urbanos, deixando desassistidas as populações mais distantes. Em face desta constatação, a política ora fomentada, foca aspectos de georreferenciamento da segurança pública e do “modus operandi” das polícias. Dentre diversos objetivos que se espera alcançar com esta política, um deles é o atendimento da população fora dos centros urbanos, em estados como: Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, dentre outros. Explicou que no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, esta política também está sendo incentivada. Num primeiro momento, o Programa está contemplando os estados litorâneos, e num segundo momento pretende-se estruturar as áreas de fronteiras. A política traçada foi pautada em normas e regras bem definidas, nas quais existem formas específicas no tratamento de diversas situações, como: o tipo da aeronave solicitada, a existência de hangar e de pilotos qualificados, dentre outros. 2) A respeito da Força Nacional de Segurança Pública, o Presidente destacou que a atuação da Força tem uma guarida muito grande da opinião pública porque as estatísticas comprovam que nos locais onde a Força atua há uma redução de crimes violentos em mais de 40% e 3) Com relação à perícia forense, foi destacado que para a SENASP, o entendimento do papel da ciência em segurança pública é fundamental, porque esta não pode ser baseada no empirismo, na intuição ou na emoção, ou seja, quanto mais ciência houver mais elucidações e racionalidades haverá, o que reduzirá o espaço para ações amadoras e truculentas. Por fim, o Presidente explicou que a explanação teve por objetivo contextualizar os temas que serão apresentados para que não pareçam fragmentados, mas incluídos numa política de segurança pública sistêmica, a qual busca a superação da primazia do pensamento tático-operacional e o

ingresso, em um novo patamar, do pensamento estratégico. Este entendimento é necessário para a segurança pública, porque as táticas operacionais são importantes e precisam ter excelência, contudo se estiverem desalinhadas do pensamento estratégico vão gerar as mesmas trágicas estatísticas, que o Brasil contemporâneo já está acostumado.

Em seguida, o Presidente passou a palavra ao servidor Cleverson Lautert Cruz, que iniciou explicando que a sua exposição foi elaborada objetivando demonstrar resultados reais, porque percebeu em várias reuniões que os conselheiros preocupam-se com os resultados dos projetos ali aprovados. Assim, a apresentação consistia em um apanhado geral de dados de diversos estados, que já estavam executando a política fomentada. Antes, porém, de forma resumida, esclareceu que desde a instituição do Fundo, no ano de 2000 até o ano de 2007, foram transferidos para os Estados, no campo da aviação, aproximadamente vinte e dois milhões de reais, que resultaram na aquisição de cinco helicópteros e outros materiais, porém sem qualquer política de implantação e integração do sistema de aviação de segurança pública. No entanto, no ano de 2008, foram transferidos aproximadamente setenta e seis milhões de reais (Fundo e PRONASCI), que resultarão na aquisição de dezesseis helicópteros e outros materiais, além do início da implantação de uma política integrada e sustentável de aviação de segurança pública em Estados como: Acre, Amazonas, Paraná, Alagoas, Rio Grande do Norte, dentre outros. Também foram realizadas ações visando o desenvolvimento de unidades já existentes, como nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em termos de capacitação, estão em andamento dois cursos de especialização (Pilotos e Operadores), além de estudos para efetivação de mestrado, pós-graduação e segurança de vôo. Foi ressaltado, que existem diversos projetos sendo desenvolvidos em parceria com as Forças Armadas, com o Departamento de Polícia Federal e com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e também estudos de cooperação internacional. Em 2008, foi realizado o Primeiro Fórum Nacional de Aviação de Segurança Pública em Brasília/DF e o Segundo Fórum será realizado em Florianópolis/SC no período de 31 de julho a 01 de agosto de 2009. Em seguida, o servidor destacou as principais operações realizadas na área da segurança pública com helicópteros, a saber: resgate de vítimas, levantamento aerofotográfico, monitoramento de conflitos, controle de desvios, perseguições, apoio tático, infiltração de bloqueios, policiamento de trânsito, atendimento de acidentes, escolta de autoridades, deslocamentos de policiais, busca e salvamento e localização de veículos e pessoal. Exibiu imagens que demonstravam as características das principais aeronaves utilizadas pela segurança pública, em especial enfatizou os equipamentos nelas adaptados porque incrementam o valor da aeronave em relação à aviação civil. Após, destacou algumas diretrizes fundamentais para a segurança dos vôos e da tripulação das aeronaves. Finalmente, o servidor exibiu dois vídeos que demonstraram de forma clara e objetiva a importância do emprego de aeronaves na segurança pública e também retrataram o resultado positivo para a sociedade e para a polícia. O primeiro vídeo foi produzido durante o resgate de vítimas na tragédia ocorrida em Santa Catarina, no final de 2008. Após a exibição, o servidor esclareceu que as operações realizadas naquele Estado foram importantes para a aviação policial não só em razão da intervenção do Estado num momento de grande catástrofe, como também por ter sido o evento que envolveu o maior número de aeronaves de área de segurança pública. O segundo vídeo exibia operações diversas realizadas pela a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Para encerrar, o servidor esclareceu que o objetivo dos vídeos foi tentar materializar o conteúdo dos projetos de aviação aprovados pelo Colegiado, o qual toma conhecimento dos aspectos formais e técnicos dos pleitos, sem, contudo, ter a oportunidade de ver de forma prática e viva o resultado de tal aprovação.

Finda a apresentação, em razão do adiantar da hora, o presidente declarou que o objetivo das reuniões temáticas é conhecer os temas propostos de forma detalhada e que as duas apresentações seguintes demandariam um tempo razoável. Ante o exposto, o presidente consultou o colegiado se as demais apresentações poderiam ser inseridas nas duas últimas reuniões temáticas previstas. Os Conselheiros acataram a sugestão e decidiram que o item 2 da Pauta será inserido na próxima reunião.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezessete horas e dez minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Ricardo Brisolla Balestreri
Vice-Presidente do CGFNSP

Não representado
Ministério da Justiça

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Carlos Humberto Oliveira
Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Elizeta Maria de Paiva Ramos
Procuradoria-Geral da República